



Secção Temática/Thematic Section/Sección Temática. Artigos/Articles/Artículos

Ações Comunicativas de Agentes Socioambientais Amazônicos nas Redes Sociais Digitais**Communicative Actions of Amazon Socio-Environmental Agents on Social Networks****Acciones Comunicativas de Agentes Socioambientales Amazónicos en las Redes Sociales Digitales**

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt • Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Brasil • mauricio.bittencourt@ufac.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9929-3568>

Myrian Regina Del Vecchio-Lima • Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil • myriandel@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1833-2332>

Resumo O artigo traz resultados de pesquisa sobre atividades comunicativas de agentes socioambientais amazônicos nas redes sociais digitais. O objetivo foi o de analisar, sob a perspectiva qualitativa, ações de comunicação e jornalismo de sete desses agentes, com base na premissa de que tais ações foram possibilitadas graças ao seu acesso às tecnologias digitais, assim como pela sua formação universitária, a maioria em jornalismo. São comunicadores que buscam informar suas comunidades, com o propósito de contribuir para a governança socioambiental de territórios tão diversos da Amazônia brasileira, espaço físico atravessado por numerosas problematizações. Foi realizada uma cartografia exploratória por meio de entrevistas semiestruturadas para investigar a prática comunicativa desses agentes. Ao final, pode-se afirmar que as ações realizadas ampliam as possibilidades de comunicação de comunidades amazônicas, promovem a formação de lideranças socioambientais e trabalham pelo direito de populações na periferia da Amazônia.

Palavras-chave: Comunicação e Meio Ambiente, Amazônia, Redes Sociais Digitais, Jornalismo Hiperlocal.

Abstract The article presents the results of research on the communicative activities of Amazonian socio-environmental agents on social networks. The aim was to analyze, from a qualitative perspective, the communication and journalism actions of seven of these agents, based on the premise that such actions were made possible thanks to their access to digital technologies, as well as their university education — most of them are journalists. These are communicators who seek to inform their local communities to contribute to the socio-environmental governance of such diverse territories in the Brazilian Amazon, a physical space marked by challenges. An exploratory cartography was carried out based on semi-structured interviews to investigate the communicative practices of these agents. In conclusion, it can be stated that the actions undertaken expand communication

SOPCOM
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**Rev
Com**

Revista Comunicando

vol. 14, núm. 2, e025022, 2025

Associação Portuguesa de Ciências da
Comunicação,
Portugal**ISSN-E:** 2182-4037**ISSN-L:** 2182-4037

diretorcomunicando@sopcom.pt

Recepción: 19 Abril 2025**Aprobación:** 02 Diciembre 2025**Publicación:** 23 Diciembre 2025

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt é jornalista, estando a fazer pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. É doutor em ciência ambiental pela Universidade de São Paulo, mestre em ciências da comunicação (Universidade de São Paulo), graduado em jornalismo (Universidade de São Paulo) e em psicologia (Universidade Federal do Acre). É professor associado 2 do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre e líder do Grupo de Pesquisa Amajor - Meio Ambiente e Jornalismo na Amazônia.

Myrian Regina Del Vecchio-Lima é jornalista, graduada em comunicação social pela Universidade Estadual de Londrina. Tem doutoramento em meio ambiente e desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Tem pós-doutorado em jornalismo digital pela Université Lyon 2 (França) e mestrado em comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. É professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná e no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento na mesma universidade. Lidera o Grupo de Pesquisa Click - Comunicação e Cultura Ciber.

possibilities for Amazonian communities, foster the development of socio-environmental leadership, and advocate for the rights of peripheral Amazonian populations.

Keywords: Communication and Environment, Amazon, Digital Social Networks, Hyperlocal Journalism.

Resumen El artículo presenta los resultados de una investigación sobre las actividades comunicativas de agentes socioambientales amazónicos en redes sociales. El objetivo fue analizar, desde una perspectiva cualitativa, las acciones de comunicación y de periodismo llevadas a cabo por siete de estos agentes, partiendo de la premisa de que sus prácticas han sido posibles gracias al acceso a tecnologías digitales, así como a su formación universitaria. Se trata de comunicadores que buscan informar a sus comunidades locales con el propósito de contribuir a la gobernanza socioambiental de los territorios tan diversos en la Amazonía brasileña, un espacio geográfico caracterizado por numerosos desafíos. La metodología consistió en una cartografía exploratoria basada en entrevistas semiestructuradas, con el objetivo de indagar en las prácticas comunicativas de estos agentes. Se afirma que las iniciativas desarrolladas amplían las posibilidades de comunicación para las comunidades amazónicas, promueven el desarrollo de liderazgos socioambientales y defienden los derechos de las poblaciones periféricas de la Amazonía.

Palabras clave: Comunicación y Medio Ambiente, Amazonía, Redes Sociales Digitales, Periodismo Hiperlocal.

1. Introdução

Ubiratan Cazetta, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, no Brasil, em 2024, em prefácio ao livro *Crimes Ambientais na Amazônia*, expressa sentimentos com os quais se identifica a maioria dos que entendem o significado do bioma amazônico para o Brasil e para o planeta: “não é fácil descrever a sensação que assombra aos que se colocam na linha de frente do combate à destruição do patrimônio natural e humano que a Amazônia brasileira representa” (Cazetta, 2024, p. 8). O jurista ressalta a impotência e um certo desânimo diante dos casos de violência, exclusão das populações tradicionais e danos ambientais da região.

Folly e Vieira (2024) apontam que, entre 2019 e 2022, a Amazônia brasileira apresentou “um aumento desenfreado dos crimes ambientais, como o desmatamento e a extração ilegal de ouro e madeira, além de práticas ilícitas associadas, como a invasão de terras públicas, a lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e fraudes” (p. 11). Há ciência de um grupo de pesquisadores, ambientalistas, de alguns governantes e de vários atores da sociedade civil, que adotam posturas mais progressistas sobre a questão socioambiental, considerando a necessidade de ações coordenadas em diversos âmbitos para enfrentar esses desafios. Há anos esse bioma único e regulador de clima e biodiversidade se encontra no centro de um debate global.

Simultaneamente, constroem-se narrativas midiáticas sobre essa situação. Na perspectiva da urgência para “salvar” o bioma amazônico, são cada vez mais prementes narrativas e ações de comunicação que visibilizam e ecoam as problemáticas do território, que muitos, como Carlos Nobre, acreditam já estar em um “ponto de não retorno” (Del Vecchio-Lima & Colatusso, 2025, p. 164). No emaranhado das narrativas midiáticas sobre a Amazônia destacam-se as mensagens e ações comunicativas locais produzidas por jornalistas como Eliane Brum, Lucio Flávio Pinto e outros que praticam uma cobertura hiperlocal (Fernandes & Del Vecchio-Lima, 2017).

O recorte adotado, neste artigo, relativamente à comunicação sobre a Amazônia insere-se em um cenário de cultura midiática digital — atualmente a tecnologia permeia a vida da maioria da população nos mais diversos pontos do globo —, em específico diante da portabilidade dos smartphones que disponibilizam um fluxo de informações permanente, permitindo a produção e publicação de material original nas redes sociais digitais (RSD) e em outros espaços colonizados pelas plataformas; trata-se de uma dinâmica relativamente recente, mas que já se tornou comum e cotidiana, no âmbito dos processos comunicacionais.

Essa pesquisa busca investigar o crescente uso das RSD por agentes socioambientais de comunidades da Amazônia. São sujeitos identificados com o ambiente da região, dispostos a manter preservados espaços geográficos e epistemológicos que, para além de suas materialidades, simbolizam cosmovisões. Interpretam-se esses processos de comunicação como mediações sociopolíticas em ambientes ainda preservados da Amazônia — mas sempre sob ameaça de degradação —, a fim de frear mais projetos de domínio e destruição do bioma.

O objetivo do artigo é o de analisar ações de comunicação e jornalismo de sete desses agentes socioambientais, selecionados de acordo com sua atuação nas RSD. São eles: Ariene Lima, consultora, jornalista e ativista indígena; Bruno Pacífico, comunicador do Comitê Chico Mendes e estudante de marketing digital e jornalismo; Caroline Puyanawa, comunicadora social de dois povos indígenas e estudante de agroecologia; Fábio Pontes, editor do *Jornal Varadouro*; Glycyia Makuxi, estudante de jornalismo e colaboradora de articulações indígenas; Hellen Lirtêz, comunicadora no Observatório Socioambiental do Acre e jornalista; Samuel Arara, ativista indígena e estudante de engenharia florestal.

Assume-se como pressuposto que as ações comunicativas desses agentes socioambientais se tornaram possíveis pelo acesso às tecnologias digitais via internet e pela sua formação universitária, e que eles pretendem contribuir para a governança pública e socioambiental de territórios amazônicos, premissa que pode se estender a muitos outros agentes.

Para analisar e refletir sobre como ocorre essa forma de comunicação hiperlocal, além da bibliografia consultada, realizou-se, sob uma abordagem qualitativa, a coleta do conteúdo oral desses agentes, por meio de entrevistas semiestruturadas.

2. Contexto do Bioma Amazônico em “Ponto de Não Retorno”

O propalado “não retorno” das condições socioambientais equilibradas da Amazônia, apontado por estudiosos, tem como causa central as transformações agressivas nos sistemas eco-sociais da região, devido às ações humanas, no âmbito de um sistema produtivo capitalista que não se submete a qualquer tipo de racionalidade socioambiental (Leff, 2006). A ganância pelas terras para culturas como soja e pecuária e a exploração de madeira e minerais decorrem do modelo desenvolvimentista adotado por governos sucessivos ainda durante o Brasil Colônia, e, posteriormente, com ênfase durante a ditadura militar (1964 —1985). Apesar da redemocratização do país, ainda não se adotaram modelos de governança alternativos, de forma a evitar a degradação da floresta e de seus povos originários, bem como a promoção de um desenvolvimento urbano e rural baseado em limites ecológicos.

Domingos (2024) aponta que, para além do entendimento de como a Amazônia foi incorporada ao projeto capitalista nacional, a questão da crise climática passou a afetar este bioma. O autor observa que a maior floresta tropical do mundo é uma das principais esperanças de contenção da crise climática, acelerada desde a Revolução Industrial, que originou o modelo produtivo baseado em combustíveis fósseis. Tal afirmação baseia-se em estudos conduzidos por estudiosos do clima e do bioma Amazônico como Carlos Nobre (como citado em Del Vecchio-Lima & Colatusso, 2025) e Philip Fearnside (2020), por exemplo.

Essa matriz energética que agrava a crise climática, aliada à pauta consumista de produção de mercadorias em larga escala, é responsável pelas alterações no padrão do clima em termos locais e globais. Inclui-se nesse “pacote” destrutivo, a depredação de florestas e biomas, que coloca em risco modos de viver e fazer de povos originários e comunidades locais e, ainda, coloca em risco climático um contingente populacional vasto, que habita territórios geograficamente distantes. Freitas e Freitas (2016) apontam que o desmatamento na Amazônia é responsável por aumentar em até 2% as emissões de dióxido de carbono no mundo. Nobre (como citado em Del Vecchio-Lima & Colatusso, 2025) adverte que a sua degradação acelerada passa a produzir severas secas locais e em várias regiões do Brasil, do continente e do mundo.

Os debates sobre o desenvolvimento da região amazônica permanecem ainda norteados por uma epistemologia de base colonial (Cajigas-Rotundo, 2007) como o entendimento de que a natureza deve ser interpretada como recurso a ser explorado. A posição aqui adotada é de que o debate deve seguir outros rumos, com discussões pautadas por cosmovisões diversas, a fim de questionar o sistema de apropriação de recursos naturais da Amazônia iniciado no período colonial. Tal sistema permanece destruindo a floresta, concentrando renda e terra, promovendo formas de racismo, grilagem^[1] e apropriação fundiária.

3. Ações Inovadoras na Amazônia: Desenvolvimento Ecológico, Tecnologia e Comunicação

Neste artigo, abordamos a inovação na Amazônia — com base em um modelo sociobioeconômico regenerativo —, vislumbrando nessa inovação a inserção dos povos amazônicos e a conservação ambiental como prioridade. Nobre e Krainovic (2025) explicam que esse modelo visa conciliar a conservação ambiental da Amazônia com o desenvolvimento socioeconômico sustentável, utilizando a inovação tecnológica e o conhecimento tradicional dos chamados povos da floresta. A iniciativa busca criar uma economia de “floresta em pé”, em que a biodiversidade gera valor econômico sem a necessidade de desmatamento. Os autores cita-

dos entendem que as ações inovadoras precisam ser parte dos processos de governança e de financiamento adequados e transparentes, para ainda poder garantir, de forma emergencial, um futuro socioambientalmente sustentável.

Nobre (2025) inova ao defender o estímulo a uma “cultura empreendedora para transformar ideias em soluções práticas” (para. 4), o que exige a colaboração entre empreendedores, investidores, povos indígenas, comunidades locais e pesquisadores, de forma a impulsionar negócios emergentes, em especial com a inclusão de mulheres e jovens. “A inovação deve priorizar a integridade e a conectividade ecológica, além da educação intercultural. Os povos indígenas e comunidades locais devem ser cocriadores das soluções, usando seus conhecimentos ancestrais e territoriais como um diferencial” (Nobre, 2025, para. 6).

É nesse sentido que entendemos as possibilidades de ações inovadoras em comunicação realizadas por membros das comunidades locais, de forma a aproveitar seu conhecimento e educação voltados para as mudanças necessárias, que unam a preservação socioambiental da Amazônia com possibilidades de bem-estar econômico e social para os povos locais. Nessa seara, o jornalismo hiperlocal — que se foca “em uma determinada comunidade, seja ela geográfica ou não, assumindo uma posição de relevância dentro desse território, a partir do conhecimento prévio da área em que quer se especializar” (Baldessar & Dellagnello, 2013, p. 57) — e seus agentes têm, a nosso ver, um papel preponderante para produzir narrativas e informações sobre a Amazônia e seus problemas e apontar soluções compatíveis com os modos de vida de sua população e de sua biodiversidade fluvial e florestal.

As inovações tecnológicas permitem a reconfiguração de vários papéis na sociedade globalizada, potencializando uma nova dinâmica social. As RSD tornaram-se meios de comunicação e espaços de interação direta, do ponto de vista sociocultural e político, o que aumenta sua influência nas estratégias de governança (Castells, 2017).

Embora as interações em RSD estejam marcadas por disseminação de discursos de ódio, *fake news*, negacionismo científico e outras ações desinformativas (Colatusso et al., 2024), a comunicação e as narrativas jornalísticas dessas redes têm o potencial de se caracterizar como formas de resistência em busca de políticas públicas ligadas à educação, projetos de segurança alimentar, agroecologia, manutenção ou conquista de direitos.

Já em 2001 Wellmann salientava um aspecto paradoxal sobre as mídias: quando deixam de chamar a atenção e se tornam triviais, as mídias se tornam realmente importantes. Se a articulação das mídias com o cotidiano atinge um nível muito alto, a vida se transforma. E embora as atividades nas diversas RSD sejam cada vez mais controversas pelo seu poder disruptivo de uso por gru-

pos políticos, ideológicos e criminosos, para disseminação de um variado espectro de desinformações e crimes cibernéticos, essas redes se tornam, de forma simultânea, “naturalizadas” em todos os ambientes da sociedade contemporânea — do doméstico ao institucional; do oficial ao alternativo, definindo boa parte do cotidiano social. As sociabilidades em rede têm servido a inúmeros propósitos comunicativos, desde seu surgimento a partir de plataformas/sites pioneiros, no início do terceiro milênio, até sua onipresença atualmente em uma sociedade plattformizada — aquela que se organiza economicamente e socialmente, com consequências na dimensão cultural e humana, por intensas atividades via plataformas digitais (Helmond, 2019).

4. Governança Socioambiental e Comunicação

Entende-se por governança socioambiental aquela que se pauta pela criação de formas específicas de articulações e cooperação entre diversos atores sociais, incluindo os do terceiro setor e representantes de comunidades. Tais atores se envolvem na elaboração de novos instrumentos de gestão ambiental voltados para necessidades e desafios em manter ou conquistar a qualidade de vida no âmbito do binômio natureza-sociedade, em um cenário de aceleração de capitalismo de mercado, que promove injustiças socioambientais (Borsato, 2015).

O recorte desse texto examina a dinâmica da comunicação nas RSD como um espaço de informações e mensagens destinadas a audiências interativas. Também se levou em conta a instalação em vários pontos da Amazônia de conexão digital, por meio da empresa global Starlink, de propriedade do bilionário Elon Musk, o que possibilitou o acesso a comunicadores alternativos, profissionais ou não, promovendo falas e discursos nas RSD.

Evidentemente, como assinala Fuchs (2015) — reconhecendo o potencial das mídias sociais digitais que compõem a esfera pública e o mundo da vida da ação comunicativa —, não se pode também deixar de reconhecer que a internet e as plataformas que a povoam constituem espaços colonizados, que se assentam sobre modelos assimétricos de poder, favorecendo o sistema capitalista. Da mesma forma o sistema de antenas conectados a satélites da Starlink, a par de proporcionar a conexão de comunidades periféricas da Floresta Amazônica, também representam o poder tecnológico capitalista e suas assimetrias.

Nesta pesquisa, se incluem como atores envolvidos na governança ambiental os líderes de comunidades amazônicas e os agentes socioambientais consultados, que buscam participação em processos de governança a partir de suas bases locais. Pittock (2005), ao discorrer sobre a crise do clima, afirma que a governança climática somente será efetiva se os diversos atores sociais, in-

cluindo aí os locais, atuarem em conjunto na busca por resultados positivos nas políticas a ela relacionadas.

No contexto observado, destacam-se elementos que apontam para o estudo de uma governança socioambiental, diante do interesse público de conservação da floresta — a perspectiva privilegia a capacidade de comunidades terem poder de decisão sobre os rumos definidos para os seus territórios. “A governança pública trata de os governos assegurarem a participação dos cidadãos na formulação e implementação de políticas públicas, de forma a torná-las mais eficientes, na medida em que estas políticas alcancem maior sustentabilidade e legitimidade” (Silva & Vicentin, 2018, p. 177). Trata-se de um movimento que não pode ser confundido com o desenvolvimento econômico que visa unicamente a acumulação de capital. Tal destaque ganha relevância quando se debate sobre a agenda socioambiental na Amazônia, em que comunidades apresentam visões de mundo e propostas econômicas alternativas à proposta hegemônica de desenvolvimento e acumulação de capital.

Entende-se que os processos de governança contemporânea sejam influenciados pelo que se divulga em termos de ações, pontos de vista e ideias, de forma a influenciar tomada de decisões a partir das RSD, instância interativa que levou a mudanças de comportamento e a alterações significativas em termos de relações sociais em vários aspectos.

5. Comunicação Contemporânea e Jornalismo Ambiental

De acordo com o *Digital News Report* (Newman, 2023), a internet alcança 83% da população brasileira e, nesse universo, a maioria das pessoas utiliza redes sociais para consumir notícias e trocar mensagens, sobretudo WhatsApp (75%), YouTube (73%) e Instagram (63%). Entre as pessoas que acessam a internet, 57% acessam notícias pelas redes sociais. Mas o uso vai além do consumo de conteúdo: dirige-se também para a produção e compartilhamento de ideias. As RSD transformaram-se em canais essenciais para a circulação de informações entre os brasileiros e o debate público. São dimensões presentes na atual dinâmica de informação da sociedade, chegando às comunidades amazônicas.

Ao promover processos comunicacionais em RSD, os agentes socioambientais aqui selecionados adentram em variações do que se denomina comunicação e/ou jornalismo ambiental (Bueno, 2007; Frome, 2008; Girardi et al., 2012), ainda que não ocorra sua distribuição por veículos jornalísticos ou seja praticado por agentes não profissionais da área. Ao estudar os apontamentos de diversos autores sobre o jornalismo ambiental, Del Vecchio-Lima & Lira (2023) definem as principais características dessa especialização jornalística, que tem como objeto produzir informa-

ções e opiniões sobre o meio ambiente e suas relações com a sociedade:

a) atendimento ao interesse público e menos à lógica produtivista ou governamental; b) apontamento de soluções, rumos e perspectivas e não apenas problemas, enfatizando exemplos de boas práticas; c) diversificação de fontes, dando lugar a vozes não especializadas mas com experiências singulares; d) clareamento e didática ao mostrar a questão ambiental como parte do cotidiano dos cidadãos e da sociedade; e) relativização do valor imparcialidade, permitindo a emergência de visões comprometidas com a racionalidade ambiental, que é afeita a diversas subjetividades, fugindo de uma lógica economicista e tecnicista; f) textos menos fragmentados e mais contextualizados à moda de uma visão sistêmica que leva em conta, na medida do possível, o todo e não apenas partes de um problema. (p. 7)

O jornalismo ambiental migrou para as RSD e nelas cresceu, inicialmente como apoio e “divulgação” de conteúdos de sites jornalísticos, e, atualmente, como espaço por onde circulam conteúdos informativos e opinativos. A informação jornalística profissional, ou realizada por agentes socioambientais que circula nas RSD, é fundamental para que se ganhe qualidade e legitimidade na divulgação de conteúdos socioambientais (Urbano et al., 2024). No caso específico do território amazônico esse jornalismo nas RSD tem o potencial de levar, além de informação verificada, conteúdos de interesse das comunidades das periferias amazônicas, de utilidade pública e serviços, com potencial de sensibilização e conscientização sobre as questões socioambientais. Esses conteúdos significam a possibilidade de combate às formas de desinformação, entre elas as *fakes news*, produzidas para disseminar interesses de empresas e grupos privados sobre as riquezas e o solo da região (Menezes et al., 2024).

6. Metodologia: Perspectiva Epistêmica e Cartografia de Ações de Comunicadores Socioambientais nas RSD

A pesquisa qualitativa se inicia com a criação de um recorte cartográfico do território amazônico. O método cartográfico mostrou-se uma possibilidade para esse estudo, buscando, nos processos, os meios para compreender questões sociais, complexidades e fenômenos, observando as experiências muitas vezes deixadas em segundo plano na pesquisa científica (Uriarte & Neitzel, 2017).

A premissa indica que a popularização dos smartphones, da internet e das RSD ampliou a capacidade de grupos sociais não-hegemônicos da Amazônia influenciarem processos de governança socioambiental, alterando a gestão do território e a conservação ambiental. Dessa forma, em coerência com a opção epistêmica do trabalho, a metodologia prima pela concepção dos sujeitos amazônicos como protagonistas, avaliando as transformações

ocorridas em seus territórios no que tange a aspectos de governança e de possibilidades trazidas pelas RSD. Assim, o objeto de estudo proposto configura-se como um conjunto de narrativas de agentes socioambientais comunicadores da Amazônia, obtido por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas para conhecer o perfil e a atuação desses comunicadores e suas interações com a sociedade. O foco recaiu nas pessoas e suas experiências, e não nas contas, perfis e sites que produzem. As falas recolhidas ilustram o cotidiano de regiões preservadas do bioma amazônico, trazendo a complexidade constituída por uma vida próxima da floresta.

A seleção priorizou agentes especializados nas seguintes atividades: comunicação indígena; articulação política na área ambiental; proximidade com unidades de conservação da Amazônia; jornalismo profissional em diálogo com comunidades amazônicas; indígenas jornalistas; coletivos indígenas; treinamento de novos comunicadores; profissionais de organizações não governamentais e instituições ambientais; proximidade com pesquisa científica e universidades. Tal seleção optou por abranger agentes de estados periféricos da Amazônia brasileira (Roraima e Acre), relacionados a comunidades com perfis diferenciados, tendo em vista o objetivo da rede na qual atuam e seus públicos.

Os sete agentes entrevistados foram selecionados de acordo com sua atuação nas RSD, sobretudo o Instagram. Pesquisaram-se perfis a partir das contas e algoritmos dos autores, objetivando selecionar comunicadores relacionados a atividades de governança do território amazônico — pessoas que interagem com o ambiente florestal e suas comunidades. Formou-se um grupo de entrevistados com equidade quantitativa de gênero (quatro mulheres e três homens) e disponibilidade para contribuir com a pesquisa.

A realização da pesquisa ocorreu em acordo com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética número 80886924.6.0000.0214, aprovado pelo parecer 7.090.641 do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Paraná.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e à distância, por meio de email e WhatsApp, com os seguintes entrevistados:

- Ariene dos Santos Lima, consultora e jornalista independente de Roraima, ativista indígena, 28 anos. Ariene Susui é mestra em comunicação e trabalha com as temáticas dos povos indígenas e Amazônia.
- Bruno Ruiz Pacífico, articulador e comunicador do Comitê Chico Mendes, 33 anos, estudante de marketing digital e jornalismo.
- Caroline Puyanawa, 24 anos, comunicadora do povo Puyanawa e do coletivo indígena Tetepawa; estudante de agroecologia do Instituto Federal do Acre.

- Fábio de Souza Pontes, 38 anos, editor do *Jornal Varadouro – Um Jornal das Selvas*.
- Glycy Ribeiro Almeida (Glycy Makuxi), 31 anos, estudante de jornalismo, contribui para a Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas e para a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, entre outros perfis de rede social.
- Hellen Lirtêz, 23 anos, assistente de comunicação no Observatório Socioambiental do Acre e jornalista independente, com trabalhos para os sites jornalísticos *Amazonia Real* e *Brasil de Fato*.
- Samuel Arara, ativista indígena, comunicador, ambientalista, estudante de engenharia florestal na Universidade Federal do Acre.

Todos os entrevistados se articulam direta ou indiretamente com grupos sociais não-hegemônicos da Amazônia. Todas as entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2024.

A metodologia com foco no sujeito e na compreensão de que as pessoas se observam, se sintonizam e se influenciam mutuamente, especialmente nas RSD, permitiu considerar as falas recolhidas nas entrevistas como fatos que narram a realidade do objeto fluído que se deseja conhecer: as relações entre comunicação, governança e conservação ambiental na Amazônia, aqui tomadas como categorias que permitem operacionalizar a análise interpretativa proposta.

Assim, a análise dos resultados norteou-se na interpretação das narrativas dos agentes entrevistados. Tais narrativas foram transcritas e ouvidas em busca de inferências interpretativas que permitiram uma análise que tentou observar se há relação entre as atividades nas RSD e os processos de governança do território.

7. Interpretação das Falas Recolhidas: Comunicação e Governança de Grupos Sociais na Amazônia

Diante da questão “suas ações de comunicação colaboram para o aumento da governança de grupos sociais amazônicos?”, os entrevistados responderam “sim”. Há exemplos de ações que levam ao incremento da gestão socioambiental do território, que não se restringem a atividades de comunicação ligadas às redes sociais, incluindo o monitoramento de projetos de lei, a formulação de documentos, o treinamento de comunitários e comunicadores, organização de eventos e articulação política de base. Observouse que a maioria das ações não se restringe às redes sociais.

Hellen Lirtêz trabalha na organização não governamental SOS Amazônia, com sede em Rio Branco, como assistente de comunicação do projeto Observatório Socioambiental e de Política Pública do Acre. A jornalista destaca a importância do provedor Starlink para acesso à internet na Amazônia, levando conexão aos confins da floresta: “eu estava no meio da floresta fechada e tinha internet conectando muito bem. Em 2022, a gente ia para a comu-

nidade e ficava muito tempo sem internet. Em 2023, nós vimos que as comunidades se conectaram”.

A Starlink está presente em 96% dos municípios da Amazônia Legal (743 municípios), chegando a áreas onde antes havia pouco ou nenhum acesso. São mais de 200.000 usuários no Brasil dependentes dos interesses de uma empresa que pode decidir sair do país a qualquer momento (Duchiade, 2024). Essa conectividade potencializa o trabalho de comunicadores socioambientais, como Lirtêz. Uma das suas atividades é observar parlamentos, governos e outras instituições nos aspectos referentes à pauta socioambiental amazônica.

A gente observa no parlamento tudo o que tramita nessa questão das estradas, desastres, projetos de lei, para formular documentos e reportagens. A gente vê quais os pontos que vão atingir as comunidades. Por exemplo, havia proposta de a estrada para Pucallpa [Peru] passar dentro do Parque da Serra do Divisor. (...) A proposta não analisava os impactos ambientais para a biodiversidade e para as populações. (...) O que não é falado na área socioambiental, o observatório tem o papel político de explicar para as populações. (Lirtêz, entrevista, 2024)

O observatório investiga se há participação da sociedade nas propostas elaboradas para a região — se foi feito acordo com famílias residentes, se houve consultas, inclusive às organizações não governamentais que trabalham na região. Verifica-se “se é uma proposta legítima, porque ‘vem de cima’, de quem não está aqui [na Amazônia], de quem está longe e não vê a ameaça dentro da floresta” (Lirtêz, entrevista, 2024).

Elaboram-se documentos sobre a situação, transmitindo tais fatos às comunidades e conselhos de unidades de conservação; são produzidos também materiais jornalísticos e comunicados direcionados aos meios de comunicação. “As atividades incluem ações assertivas, como a participação na frente ambientalista da Câmara dos Deputados, em Brasília” (Lirtêz, entrevista, 2024), fazendo a conexão entre as demandas das populações amazônicas e o centro de poder do país.

Lirtêz que também atua no projeto *Aliança entre Povos* explica que essa ação busca contribuir para a gestão territorial integrada de Terras Indígenas e Unidades de Conservação do Acre, “fortalecendo alianças entre povos indígenas e populações tradicionais, segurança alimentar sustentável, empoderamento de mulheres e jovens”.

Na *Aliança dos Povos* está o pessoal mais técnico: o engenheiro florestal, o biólogo, o geógrafo, que vão trabalhar com os conselhos das reservas, com a questão da representatividade, da sociobiodiversidade. Fazem implantação de sistemas agroflorestais, reflorestamento, para que as populações continuem morando lá. (...) São eles que mantêm a floresta em pé. (...) O Observatório compila essas atividades, mapeia e incide politicamente. (...) Na aldeia Nukini, Mâncio Lima (AC), os jovens queriam

falar que o parque estava ameaçado. Fomos dar uma oficina de defesa por meio da comunicação. (Lirtêz, entrevista, 2024)

Os projetos *Observatório* e *Aliança*, complementares e alinhados, desenvolvem atividades em diversas unidades de conservação, em municípios acreanos. Promovem ações direcionadas a grupos de jovens protagonistas, com foco, por exemplo, em conteúdos de governança, liderança e comunicação. São jovens das reservas com redes sociais mapeadas pelo projeto. Na oficina *Comunicação em Defesa dos Territórios*, a ênfase foi para os jovens que desejam trabalhar como comunicadores, bem como esclarecer sobre o consumo responsável de notícias, contra a desinformação (Lirtêz, entrevista, 2024). Lirtêz aponta que o projeto colabora na organização das informações que os jovens comunitários pretendem levar às redes sociais, ao orientar sobre texto, imagens e estratégias de comunicação. Entende-se que essas oficinas contribuem para a ampliação da governança socioambiental das comunidades, colaborando para que estejam presentes nas RSD.

A realização de oficinas mostra-se uma estratégia comum a vários dos comunicadores entrevistados. O jornalista Bruno Pacífico, articulador e comunicador do Comitê Chico Mendes, aponta a capacidade de a formação em comunicação promover processos de governança socioambiental em grupos sociais amazônicos.

Temos o entendimento de que as redes sociais do Comitê Chico Mendes são uma porta para reverberar as vozes das comunidades extrativistas e indígenas. Um exemplo disso é Raiara [Barros], da Reserva Extrativista Chico Mendes [Xapuri-AC]. Ela assumiu a presidência da Associação de Produtores e Produtoras Agroextrativistas do Seringal Floresta e Adjacências, sendo a primeira presidente mulher da associação. É uma jovem que passou por nossas formações. (...) Laiane [Santos], também moradora da Resex Chico Mendes [Brasileia-AC], é outra jovem liderança. Ela criou o coletivo Varadouro, que atua como incidência política para jovens em prol das reservas extrativistas da Amazônia. É uma forma de cuidar do território: esses jovens trazem denúncias das comunidades. (Pacífico, entrevista, 2024)

As oficinas de formação promovidas pelo Comitê Chico Mendes são direcionadas à juventude e mulheres, em parceria com a organização não governamental WWF e Governo da Alemanha, entre outras instituições que contribuem para a governança local sobre o território. Evidencia-se que a força das RSD surge acompanhada de ações na sociedade, que continuam a ocorrer pela presença dos comunicadores nos territórios e no papel de instrutores de educação não formal.

Nas oficinas a gente traz comunicação, empoderamento, engajamento, [informações] sobre movimento social, sobre a criação das Resex, conhecimento jurídico, segurança física e digital. Não são somente as redes [sociais] que contribuem para a governança, é um conjunto de

ações que tem trazido bons resultados para a governança desses territórios. (Pacífico, entrevista, 2024)

A jornalista Ariene Susui trabalha no estado de Roraima como consultora e jornalista investigativa, escrevendo sobre a temática indígena nos sites *Amazônia Real*, *Repórter Brasil*, *Sumaúma* e *Revista Piauí*. Também colabora em perfis como o do Fundo Indígena da Amazônia Brasileira. Todos esses perfis buscam melhorar a participação indígena na gestão territorial amazônica.

A governança é um dos principais pilares quando se fala de gestão do território e a participação das mulheres, juventude e das lideranças tradicionais. (...) Sou mais uma pessoa com o objetivo de contribuir com a comunidade nessa estratégia da comunicação indígena. Isso perpassa para além das redes sociais: é estar atenta ao que acontece no Brasil, no congresso, e repassar para as organizações e para a comunidade. O meu papel é o dessa contribuição e muito mais aprendo do que ensino o que eles [povos indígenas] já sabem. (Susui)

Observa-se um perfil de comunicadores experientes que assumem o papel de articulação social; formação de futuros comunicadores e produção de conteúdo nas RSD, de forma a aumentar a governança de comunidades ribeirinhas e/ou indígenas. Com graduação em jornalismo, Susui não restringe sua atuação à área — a produção jornalística para meios de comunicação de prestígio não inibe o trabalho de formação e articulação pelos povos indígenas e pelo meio ambiente, sendo as RSD o ponto de encontro dessas atividades.

Com as facilidades promovidas pela tecnologia e pela popularização da internet em remotos territórios amazônicos, ganham força as formações e oficinas direcionadas a comunicadores sem graduação formal em comunicação, a fim de ampliar e aperfeiçoar as possibilidades de utilização das RSD. Assim, percebe-se que a maioria das atividades de comunicação dos entrevistados contribui para a incrementar a governança dos territórios amazônicos. Susui acrescenta que “a questão de preservar o meio ambiente é uma prática dos povos indígenas — a preservação da Mãe Terra e proteção dos territórios”.

Em outro contexto amazônico, o jornalista Fábio Pontes é editor-executivo do *Jornal Varadouro* — *Um Jornal das Selvas*, que começou como veículo impresso na década de 1970, sendo publicado agora na internet com a mesma linha editorial e apoio do jornalista Élson Martins. Pontes informa que as redes sociais funcionam como instrumento para divulgação das reportagens publicadas no site, ou seja, para chamar os leitores. Também são criados conteúdos próprios, especialmente vídeos.

Um dos objetivos do *Jornal Varadouro* é criar nas comunidades e nas populações amazônicas esse sentimento de pertencimento com o bioma e a necessidade de proteger o território. Colocar essas comunidades, indígenas, ribeirinhas ou extrativistas e pequenos agricultores como prota-

gonistas do processo de proteção da Amazônia. (...) Nosso jornalismo expõe casos de desmatamento, invasões, crimes, queimadas. Isso acaba provocando reação por parte das autoridades estaduais e Ministério Público. E as comunidades usam o *Varadouro* para expor as situações, o que cria pressão da opinião pública. (...) Dessas demandas, 90% chegam de lideranças comunitárias. (Pontes, entrevista, 2024)

Recentemente, a equipe do *Jornal Varadouro* passou a atuar com comunidades indígenas, com a realização de cursos de capacitação e oficinas de comunicação para empoderamento dos agentes. Pontes afirma que isso contribui em processos de governança, porque a capacitação leva a demandas direcionadas pela comunidade ao poder público. E permite que as comunidades adotem estratégias de aperfeiçoamento de proteção territorial para amenizar impactos negativos sobre seus territórios e modos de vida (Pontes, entrevista, 2024).

Essa capacitação em oficinas com os comunicadores indígenas é de vital importância. Eles já produzem conteúdo a partir dos celulares e a comunicação é uma ferramenta poderosa para mostrar a realidade dos territórios, exigir ações e mostrar demandas. Eles mostram invasões, queimadas, enchentes e secas extremas, a perda de roçados e criações. As oficinas vêm para capacitá-los ainda mais, para que sejam os criadores de conteúdo e possam falar por si. E fazer do *Varadouro* um veículo de difusão das comunidades indígenas. (Pontes, entrevista, 2024)

Se o *Jornal Varadouro* busca difundir informações sobre as comunidades indígenas, o Coletivo Tetepawa é o primeiro de comunicação indígena do Acre, fundado em 2024 com a participação de mais de 40 jovens dos 15 povos indígenas do estado, de acordo com Caroline Puyanawa, comunicadora do povo Puyanawa e do Coletivo Tetepawa. Puyanawa descreve como a comunicação nas RSD influencia as perspectivas de governança socioambiental do seu povo em aldeias, no extremo oeste do Acre.

Puyanawa começou a trabalhar, em 2022, para melhorar a comunicação da etnia e facilitar o contato com pessoas e instituições fora da aldeia — no início, como uma forma de expor as artes e artesanatos, com reflexos na economia comunitária. Por meio de celulares e das RSD, tornou-se possível registrar e divulgar a cultura do povo. Puyanawa conta que a tecnologia permitiu que participasse do Programa de Mulheres e Lideranças da Amazônia, criado pela organização não governamental Conservação Internacional Brasil.

Nesse projeto, em 2022, fiz um trabalho de soberania alimentar em nossa comunidade. Conseguimos recuperar áreas degradadas, plantando mais de 500 espécies frutíferas. Eu convidei três pessoas da comunidade para trabalhar, eles cederam suas áreas. A gente ensinou as técnicas, juntamente com o meu curso [superior de agroecologia], e uma forma sustentável de sobreviver sem degradar, tirando essa cultura de queima e derrubada de mata, trazida por pessoas não-indígenas para nosso ter-

ritório. (...) A gente mostrou que é possível trabalhar sem destruir. (Puyanawa, entrevista, 2024)

Carol realiza atividades de comunicação na conta Puyanawa e no Coletivo Tetepawa, estabelecendo colaboração entre os dois perfis de Instagram. Ações de teor socioambiental realizadas na Terra Puyanawa são publicadas nas RSD como forma de apresentar práticas sustentáveis. Em um território de 24.400 hectares, a etnia consegue produzir, trabalhar, construir, sem desmatar, ocupando 5% dessa área, explica Puyanawa.

A gente sabe que 80% da preservação [da Amazônia] vem dos territórios indígenas, porque conseguimos manter em pé o pouco de floresta que ainda temos. (...) Esses exemplos em vídeo e imagem mostram que é possível [conservar o ambiente]. Graças à tecnologia, a gente consegue até imagens aéreas do território, mostrando como está o limite da nossa terra. O nosso povo é o único do Acre que consegue fazer a fiscalização e a limpeza do território anualmente. (Puyanawa, entrevista, 2024)

O trabalho ligado à área tecnológica inclui apoio às demandas da comunidade, permitindo que o cacique utilize seu tempo para questões mais importantes. A organização digital das informações contribui para que a liderança consiga exercer suas funções e tomar decisões. Da criação de um formulário ou preenchimento de documentos na internet, tudo é feito na aldeia; e a equipe de comunicadores ajuda a organizar o trabalho na Terra Indígena, conectando moradores distantes entre si, divididos em duas aldeias.

Entende-se que as ações facilitadas pelos comunicadores indígenas do território Puyanawa contribuem para a governança socioambiental das aldeias — organiza-se de forma sistêmica a Terra Indígena e melhora-se, por exemplo, o monitoramento, a limpeza e a fiscalização do território, protegendo-o de invasões e crimes ambientais.

O trabalho de comunicação contribui ainda para a organização do Festival Atsa Puyanawa, evento anual da comunidade, que estrutura a vida econômica do território e gera recursos para a governança socioambiental das duas aldeias, conduzida de acordo com a visão de mundo Puyanawa. Observa-se que essa governança depende, atualmente, de atividades na internet e nas RSD, incluindo um serviço de pesquisa, concepção, escrita e realização de projetos que influenciam a governança socioambiental. A propósito do trabalho nas RSD, Puyanawa refere:

a gente alcança pessoas que nos ajudam a aprender como escrever projetos para os editais (...). Agora gente está com uma equipe para escrever projetos para a agricultura, para a cultura. E estamos pensando em trabalhar vários pontos, como esporte e agricultura (...), recuperação de terras (...), fazer plantios, trabalhar com quelônios, criação de animais silvestres e replantar as árvores de lei [reflorestamento].

Puyanawa trabalha 12 horas diárias com as RSD e atividades afins, em uma rotina que inclui reuniões, confecção de *cards*, escrita de roteiros, gravações, monitoria para jovens e a comunicação interna do povo Puyanawa. Participa do Coletivo Tetepawa ao lado do ativista indígena Samuel Arara, estudante de engenharia florestal na Universidade Federal do Acre. Arara considera-se um produtor de conteúdo do campo socioambiental, conectando-o à temática indígena, com ênfase em manter a floresta de pé.

Não dá para a gente produzir informações apenas para nós mesmos. É importante, mas o não-indígena tem que conhecer e entender a nossa história. Porque vai valorizar e ver o quanto é importante manter essa população no território, para cuidar da floresta. Porque falar de floresta não é falar só de árvore. É falar de todos os seres bióticos que estão ali, os seres humanos, os peixes, a caça, o macaco, todos os animais vivos que estão naquele espaço. É um convívio social em harmonia com a natureza. (Arara, entrevista, 2024)

O agente apresenta uma visão da questão ambiental amazônica que privilegia a importância de levar o debate à sociedade, para alcançar quem vive distante da floresta. Arara destaca o fato de que o trabalho nas RSD representa a voz de jovens e guardiões da floresta que não têm acesso às plataformas digitais e aos espaços nacionais e internacionais de discussão sobre meio ambiente. “Nós somos inspiração para as nossas comunidades” (Arara, entrevista, 2024).

Ressalte-se o impacto social que a tecnologia e a Internet proporcionam às comunidades amazônicas, não somente as indígenas. O acesso à rede em locais remotos proporciona um espaço de diálogo direto com outros grupos sociais e instâncias do Estado, permitindo a povos e comunidades subalternizados transpor a barreira do poder local. Em muitos casos, foi o poder local/regional que obstruiu a busca por justiça social e governança socioambiental, em meio à disputa por terras. Assim, viabiliza-se a defesa de direitos em diálogo com os governos e o apoio da sociedade organizada.

Eu faço algo de ativismo de alerta para fazer *advocacy*, reivindicar, para que a gente sensibilize os órgãos municipais, estaduais e federais a terem um olhar diferenciado para essa temática [ambiental]. (...) Tem o Ibama, a Funai, o Imac, o ICMBio, mas o que nós fazemos enquanto lideranças e cidadãos para proteger o nosso território? (...) A gente não está para atrapalhar o trabalho de ninguém, queremos somar forças, mas que tenha diálogo, interação, cooperação [com os órgãos governamentais citados]. (Arara, entrevista, 2024)

O comunicador indígena argumenta que o diálogo propiciado pelas RSD resulta em aumento de governança sobre o território, com a participação dos povos originários, em diálogo com instituições governamentais atuantes na Amazônia. Cada povo tem suas especificidades e deve-se compreendê-las para definir políti-

cas públicas e ações de conservação ambiental em comunidades tradicionais. É preciso observar a forma como essas comunidades trabalham com a floresta: se há tecnologia, avanços do agronegócio, como está a gestão territorial, em um entendimento entre órgãos ambientais e comunidades tradicionais. A RSD serve para intermediar:

por exemplo, acontece uma invasão dentro do território [indígena]. Não tem a Funai do outro lado do rio para intervir diretamente. Como a tecnologia e a comunicação contribuem para a proteção territorial? (...) Faz os registros, lança nas redes sociais, noticia, aciona os órgãos responsáveis. Então serve como uma intermediação do território com esses órgãos responsáveis. (Arara, entrevista, 2024)

Em Roraima, Glycy Makuxi contribui para instituições e perfis de RSD de conteúdo indígena: “eu trabalho muito com redes sociais, e como a maioria, é trabalho voluntário (...), tento conciliar com outros trabalhos que pagam as contas” (Makuxi, entrevista, 2024). A comunicadora faz um pouco de tudo: fotografa, produz vídeos, escreve e é jornalista. Makuxi assinala um ponto importante: a questão da remuneração, aspecto que preocupa jornalistas e comunicadores que não se estabilizaram profissionalmente. É comum para esses agentes a busca por atividades que complementem a renda.

Como estamos em um estado [Roraima] em que as oportunidades são escassas mesmo para quem é formado, decidi ir para um caminho em que teria emprego. Por isso tenho várias formações. E gostei de ser professora, porque professora aqui consegue ter um concurso nas comunidades indígenas onde quero atuar. (...) Por mais que tenhamos essa vontade de contribuir com o movimento, de visibilizar o que se passa e usar isso na proteção dos nossos direitos e territórios, a gente precisa se sustentar, pagar conta. (Makuxi, entrevista, 2024)

Dois pontos sensíveis apontados por Makuxi afetam atividades de comunicação dos agentes socioambientais nas RSD. São desafios os caminhos para conseguir o sustento em atividades de comunicação, em regiões com poucas oportunidades e precarização da profissão. Em um país onde não é obrigatória a formação superior para o exercício do jornalismo, as consequências afetam mais regiões pouco favorecidas, como a Amazônia. Outro aspecto sensível é conseguir viabilizar a manutenção dos comunicadores nas comunidades, ou perto delas, onde podem observar os acontecimentos com maior proximidade aos locais em que a floresta ainda está em pé, comunidades pequenas da periferia da Amazônia. São fatores que tornam os comunicadores indígenas importantes no âmbito da governança socioambiental sobre o território amazônico.

A proteção da floresta está presente na cultura desses grupos não-hegemônicos, em seus aspectos científicos, culturais, decoloniais, comunitários e na vida próxima à floresta. Mas os indíge-

nas não estão sozinhos nesse projeto de proteção à floresta, conforme se observou nas falas dos entrevistados. São indicações da progressiva aceitação de novos saberes que ampliam a governança socioambiental de grupos sociais não hegemônicos sobre o território.

Tudo que fazemos contribui para o aumento da governança nos territórios. Os lugares que ocupamos, estudando ou trabalhando, já dão confiança para gerir sistemas próprios de saúde, educação, segurança, tecnologia. Quando um de nós conquista algo, todos conquistam. Acredito que meu trabalho impacta no território, abre caminho para outras pessoas e beneficia os nossos. (Makuxi, entrevista, 2024)

Observa-se nessas falas sujeitos em interação direta e tecnológica na sociedade globalizada, em uma visão mais comunitária e solidária. Destacam-se agentes amazônicos de comunicação socioambiental, trabalhando em rede, informando um público também solidário, buscando superar precariedades comunitariamente.

Em síntese, a análise jamais priorizou a teorização do que se observa, mas sim o detalhamento do “saber fazer”, indicando caminhos para outros comunicadores e comunidades. Assim, junto aos relatos referentes aos possíveis impactos positivos na governança do território amazônico, foram surgindo outros, categorizados abaixo nas abrangentes categorias de “teoria” e “prática”, bases para análises que podem se multiplicar ao longo de futuras reflexões e pesquisas:

- Ações práticas dos agentes socioambientais amazônicos nas RSD: experiências comunicacionais de incremento da governança em comunidades; articulação política direcionada à conservação ambiental; formação de comunicadores socioambientais em oficinas articuladas com setores sociais; acesso a documentos, processos institucionais e organização das comunidades; denúncias de problemas e crimes ambientais; colaboração entre contas/perfis; desafio para conseguir o sustento financeiro pessoal em atividades de comunicação ambiental e jornalismo.
- Reflexões sobre aspectos teóricos citados pelos agentes socioambientais amazônicos: a força dos comunicadores e comunicadoras indígenas; o acesso inédito e recente à internet (efeito Starlink); perfil multifacetado dos comunicadores, que trabalham como assessores de Internet nas comunidades, além de produtores de conteúdo; importância de planos de comunicação; relevância da comunicação interpessoal nesse contexto; agentes indígenas/não-indígenas; necessidade de formação em comunicação.

8. Considerações Finais

No atual momento histórico, ocorre um incremento nos processos de governança socioambiental da Amazônia, com as comunidades e seus integrantes assumindo-se como sujeitos em interação

direta com a sociedade globalizada. As ações desses sujeitos podem contribuir para indicar caminhos de um novo saber, chamado por Leff (2006) de racionalidade ambiental, no qual ocorre “uma hibridação entre ciências, técnicas e saberes” (p. 127). Paralelamente, já se observa uma progressiva aceitação pela comunidade científica de uma visão descolonizada sobre as comunidades e povos amazônicos, à medida que estes se assumem como sujeitos em interação direta e tecnológica na sociedade globalizada.

As ideias divididas pelos entrevistados com os pesquisadores estimulam ações públicas, contribuindo para a proposição de políticas públicas de comunicação e meio ambiente na Amazônia. As atividades de comunicação modificaram-se radicalmente nos últimos anos naquele território, em termos da dinâmica de inserção na sociedade. Observa-se a influência das RSD e o trabalho de comunicadores preocupados em multiplicar conhecimentos, agindo por meio de oficinas para a formação de novos comunicadores.

A elaboração de uma cartografia para conhecer o trabalho desses comunicadores da periferia da Amazônia trouxe resultados importantes, a fim de direcionar outras pesquisas nas áreas de comunicação e meio ambiente. São temas que contribuem para as reflexões: experiências de incremento de governança em comunidades; valorização da memória de povos originários que passaram a registrar suas tradições; articulação política direcionada à conservação ambiental; formação de comunicadores socioambientais; acesso a documentos, processos institucionais e organização das comunidades; denúncias de problemas e crimes ambientais; fortalecimento dos comunicadores indígenas.

Entre os temas relacionados à prática da comunicação nas RSD, surge o debate sobre o acesso inédito à internet (após a chegada da Starlink e debates sobre possíveis riscos tecnológicos para o bioma); sistema de colaboração entre contas/perfis; desafio da estabilidade profissional em atividades de comunicação e jornalismo; perfil multifacetado exigido dos comunicadores, como assessores para serviços de internet nas comunidades, como geradores de conteúdo de texto, audiovisual, redação e reportagem jornalística.

Destacam-se ainda as declarações a respeito da governança dos territórios para informar aos comunitários sobre o que ocorre nos centros de decisão do país e sobre questões referentes a regiões próximas, mas de difícil acesso. Mostra-se fundamental o trabalho de comunicação em unidades de conservação e junto aos jovens da região, como forma de construir a conservação ambiental do futuro. O trabalho com os jovens é conduzido com o objetivo de mantê-los na comunidade, onde a floresta é mais preservada.

O tema da comunicação e governança merece detalhamentos e pesquisas em outros espaços periféricos e centrais da Amazônia. Entende-se que seria importante uma conexão maior com universidades e instituições que possam dinamizar os processos de comunicação nas comunidades e contribuir para as oficinas de formação estabelecidas pelos agentes socioambientais.

Conclui-se que em momento de extrema vulnerabilidade da Amazônia, diante da emergência climática, buscam-se mais ações de comunicação, parcerias e aumento da governança socioambi-

ental, com a união de várias áreas do conhecimento, a fim de contribuir para a conservação da região.

Entende-se que o comunicador disposto a contribuir para o debate democrático da questão ambiental amazônica deve estar disponível para a interação com outros sujeitos, ressignificando culturas presentes no bioma, a fim de hibridizar culturas, ampliar possibilidades de ocupação de um território, evitando a exploração, em prol da relação com o bioma.

Referências

- Baldessar, M. J., & Dellagnello, P. H. (2013). Jornalismo hiperlocal e o desafio da criação de uma agenda noticiosa internacional plural. *Intexto*, (28), 53–72. <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/41161/26091>
- Borsato, R. (2012). *Governança ambiental e as certificações: Participação e influência do movimento ambientalista nos instrumentos privados de gestão ambiental* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/27869>
- Bueno, W. da C. (2007). *Comunicação, jornalismo e meio ambiente: Teoria e pesquisa*. Mojoara Editorial.
- Cajigas-Rotundo, J. C. (2007). La biocolonialidad del poder: Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. In S. Castro-Gomez & R. Gosfregel (Eds.), *El giro decolonial* (pp. 69–194). Universidad Javeriana, IESCO, Siglo del Hombre.
- Castells, M. (2017). *O poder da comunicação* (2.ª ed.). Paz e Terra.
- Cazetta, U. (2024). Prefácio. In M. Folly & Vieira, F. do A. (Eds.), *Crimes ambientais na Amazônia* (pp. 8-10). Plataforma Cipó.
- Colatusso, V. W., Massarani, L., Del Vecchio de Lima, M. R., Alves, M., Oliveira, T. M de. (2024). A construção do conhecimento sobre mudanças climáticas em grupos negacionistas do Telegram no Brasil. *Observatorio (OBS*)*, 18(4), 21-41. <https://doi.org/10.15847/obsOBS18420242543>
- Del Vecchio-Lima, M. R., & Colatusso, V. W. (2025). Amazônia em risco climático e o papel da comunicação. *Organicom*, 48(2), 163–168. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2025.237803>
- Del Vecchio-Lima, M. R., & Lira, O. A. (2023). Reportagens investigativas e cobertura diária: Requisitos para a busca de qualidade no jornalismo ambiental. *Comunicação & Inovação*, 24, Artigo e20238933. <https://doi.org/10.13037/ci.vol24.e20238933>
- Domingos, G. A. (2024). *As narrativas jornalísticas da floresta nos textos de Eliane Brum: A Amazônia como personagem* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital da UFPR. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/89920>
- Duchiade, A. (2024, 27 de setembro). A internet da Amazônia nas mãos do imprevisível Elon Musk. 2024. *SUMAÚMA*. <https://sumauma.com/a-internet-da-amazonia-nas-maos-do-imprevisivel-elon-musk/>
- Fearnside, P.M. (2020). *Uso da terra na Amazônia e as mudanças climáticas globais*. In P.M. Fearnside (Ed.), *Destrução e conservação da floresta amazônica* (Vol. 1; pp. 21-38). Editora do Inpa.
- Fernandes, J. C., & Del Vecchio-Lima, M. R. (2017). Conexões entre o jornalismo hiperlocal e o jornalismo investigativo: Algumas reflexões e observações. *Comunicação & Inovação*, 18(36) 45–61. <https://doi.org/10.13037/ci.vol18n36.3873>
- Folly, M., & Vieira, F. do A. (2024). Apresentação. In M. Folly & F. do A. Vieira (Eds), *Crimes ambientais na Amazônia: Lições e desafios da linha de frente* (pp. 11–17). Plataforma Cipó. <https://plataformacipo.org/wp-content/uploads/2024/04/web-na-linha-de-frente-cipo-3.pdf>
- Freitas, M. de, & Freitas, M. C. (2016). *A sustentabilidade como paradigma: Cultura, ciência e cidadania*. Ed. Vozes.
- Frome, M. (2008). *Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental*. Editora UFPR.
- Fuchs, C. (2015). Mídias sociais e a esfera pública. *Revista Contracampo*, 34(3), 5–80. <https://doi.org/10.20505/contracampo.v34i3.912>
- Girardi, I.M.T., Schwaab, R., Massierer, C., & Loose, E. (2012). Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. *C&S – São Bernardo do Campo*, 34(1), 131–152.
- Helmond, A. (2019). A plataforma da web. In J. J. Omena (Ed.), *Métodos digitais: teoria e crítica* (pp. 49–72). ICNOVA.
- Leff, E. (2006) *Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza*. Civilização Brasileira.
- Menezes, R. da S., Starling, M. da G. G. C. de C., & Dorinho, T. de O. (2024). O impacto da desinformação (fake news) em relação às comunidades do interior do Amazonas. *Revista Saberes da Amazônia*, 9(15), 89-111. <https://doi.org/10.31517/tsa.v9i15.98>
- Newman, N. (com Fletcher, R., Eddy, K., Robertson, C. T., & Nielsen, R. K.). (2023). *Digital News Report 2023*. Reuters Institute for the Study of Journalism. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital_News_Report_2023.pdf
- Nobre, C. (2025, 25 de fevereiro). *O caminho para uma sociobioeconomia inovadora e regenerativa na Amazônia*. UOL/Ecoa. <https://www.uol.com.br/ecoa/newsletters/carlos-nobre/sociobioeconomias-inovadoras-e-regenerativas-para-a-amazonia.htm>
- Nobre, C., & Krainovic, P.M. (2025, 11 de novembro). *Floresta em pé vale mais: A sociobioeconomia como motor da restauração*. UOL/Ecoa. <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/carlos-nobre/>
- Pittock, A. B. (2005). *Climate change: Turning up the heat*. CSIRO Publishing.
- Silva, M. R., & Vicentin, I. C. (2018). Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio

- de portais governamentais. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 14(30), 176–201. <https://doi.org/10.3895/rts.v14n30.5808>
- Urbano, K., Oliveira, T., Evangelista, S., & Massarani, L. (2024). Mapeando a desinformação sobre o meio ambiente na América Latina e no Caribe: Uma análise bibliométrica de um campo incipiente de pesquisa. *JCOM – América Latina*, 7(1), Artigo A02. <https://doi.org/10.22323/3.07010202>
- Uriarte, M. Z., & Neitzel, A. de A. (2017). A pesquisa de intervenção cartográfica em arte educação. *Revista Educação Unisinos*, 21(3), 387–394. <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2017.213.12/6340>
- Wellman, B. (2001). Physical place and cyberplace: The rise of personalized networking. *International Journal of Urban and Regional Research*, 25(2), 227–252.

Notas

1 Grilagem de terras é o termo usado para a prática de tomar posse de terras públicas ou de terceiros de maneira ilegal, geralmente por meio de práticas de violência.

* **Contribuições**

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt realizou conceptualização, curadoria dos dados, investigação, análise formal, redação do rascunho original e redação – revisão e edição. Myrian Regina Del Vecchio de Lima realizou conceptualização, análise formal, supervisão, redação do rascunho original e redação – revisão e edição.

* **Agradecimentos**

O autor e a autora agradecem as agentes socioambientais aqui citados pelas entrevistas concedidas.

Información adicional

redalyc-journal-id: 7747



Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=774782605011>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt,

Myrian Regina Del Vecchio-Lima

**Ações Comunicativas de Agentes Socioambientais
Amazônicos nas Redes Sociais Digitais**

**Communicative Actions of Amazon Socio-Environmental
Agents on Social Networks**

**Acciones Comunicativas de Agentes Socioambientales
Amazónicas en las Redes Sociales Digitales**

Revista Comunicando

vol. 14, núm. 2, e025022, 2025

Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação,
Portugal

diretorcomunicando@sopcom.pt

ISSN-E: 2182-4037

ISSN-L: 2182-4037

DOI: <https://doi.org/10.58050/comunicando.v14i2.458>



CC BY 4.0 LEGAL CODE

Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.